

Memória Negra, Consciência Trans, Caminhos Da Humanidade

pg. 7



Implicações da Resolução 018/2002 no trabalho das/ os psicólogas/ os frente ao racismo



ENTREVISTA *Ser criança e ser Trans*

pg. 14



pg. 9

Depoimentos

pg. 16



© 2020 Conselho Federal de Psicologia

É permitida a reprodução desta publicação, desde que sem alterações e citada a fonte.

Disponível também em: www.cfp.org.br

5ª edição - 2020

Projeto Gráfico | Agência Movimento

Diagramação | Agência Movimento

Revisão | MC&G Design Editorial

Referências bibliográficas conforme ABNT NBR

Direitos para esta edição – Conselho Federal de Psicologia: SAF/SUL Quadra 2, Bloco B, Edifício Via Office, térreo, sala 104, 70070-600, Brasília/DF

(61) 2109-0107 E-mail: ascom@cfp.org.br/www.cfp.org.br

Novembro/Dezembro de 2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B688 Boletim : Comissão de Direitos Humanos do CFP [recurso eletrônico] / Conselho Federal de Psicologia. — v. 1, n. 5, nov-dez 2020. — Brasília : CFP, 2020.
Dados eletrônicos (pdf).

Bimensal.

Inclui bibliografia.

1. Psicologia social. 2. Psicologia política.
3. Direitos humanos – Brasil. I. Título.

CDD 323.40981

BOLETIM - UNIVERSAIS E INTERDEPENDENTES | 5ª edição**Coordenação Geral/CFP**

MIRACI MENDES *Coordenadora Geral*

Gerência de Relações Institucionais

DANIEL ARRUDA MARTINS *Gerente*

MARÍLIA MENDES DE ALMEIDA *Assessora*

BRUNA DUTRA GALVÃO *Técnica Administrativa*

Gerência de Comunicação

LUANA SPINILLO *Gerente*

RAPHAEL GOMES *Assessor*

CONTRIBUÍRAM PARA ESTA EDIÇÃO**Como autora, autor ou coautor(as) de artigo:**

CÉLIA ZENAIDE DA SILVA (CRP 06/109332) - *Mulher negra, psicóloga e educadora social, trabalhadora do Sistema Único e Saúde e militante do Movimento Negro.*

CINTHIA CRISTINA DA ROSA VILAS BOAS (CRP 06/104781) - *Psicóloga, educadora social, militante do Movimento Negro e de Juventude.*

Com depoimento:

MAIARA FAFINI (CRP 05-43.721) - *Travesti, Psicóloga, Membro da Comissão de Direitos Humanos da ALERJ.*

EDINALDO RODRIGUES (CRP 02/16903) - *Povo Xukuru do Ororubá, Psicólogo, Referência Técnica de Saúde Mental - Distrito Sanitário Especial Indígena - Pernambuco*

MIRIAM DEBIEUX (CRP 06/4403)- *Grupo Veredas: Psicanálise e imigração (IP/USP)*

ANDRESSA CASTELLI (CRP 06/153977) - *Grupo Veredas: Psicanálise e imigração (IP/USP)*

Com entrevista

MARIA JOAQUINA CAVALCANTI REIKDAL - *patinadora.*

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA**XVIII Plenário | Gestão 2019-2022****Conselheiras(os)**

ANA SANDRA FERNANDES ARCOVERDE NÓBREGA *Presidente*

ANNA CAROLINA LO BIANCO CLEMENTINO *Vice-Presidente*

FABIÁN JAVIER MARIN RUEDA *Secretário*

NORMA CELIANE COSMO *Tesoureira*

ROBENILSON MOURA BARRETO *Secretário Região Norte*

ADINETE SOUZA DA COSTA MEZZALIRA *Suplente Região Norte*

ALESSANDRA SANTOS DE ALMEIDA *Secretária Região Nordeste*

MARIA DE JESUS MOURA *Suplente Região Nordeste*

MARISA HELENA ALVES *Secretária Região Centro Oeste*

TAHINA KHAN LIMA VIANEY *Suplente Região Centro Oeste*

DALCIRA PEREIRA FERRÃO *Secretária Região Sudeste*

CÉLIA ZENAIDE DA SILVA *Suplente Região Sudeste*

NEUZA MARIA DE FÁTIMA GUARESCHI *Secretária Região Sul*

MARINA DE POL PONIWAS *Suplente Região Sul*

ANTONIO VIRGÍLIO BITTENCOURT BASTOS *Conselheiro 1*

ANA PAULA SOARES DA SILVA *Conselheira Suplente 1*

MARIA JURACY FILGUEIRAS TONELI *Conselheiro 2*

ISABELA SARAIVA DE QUEIROZ *Conselheira Suplente 2*

IZABEL AUGUSTA HAZIN PIRES *Suplente*

KATYA LUCIANE DE OLIVEIRA *Suplente*

LOSILEY ALVES PINHEIRO *Suplente*

RODRIGO ACIOLI MOURA *Suplente*

Comissão de Direitos Humanos do CFP

MARIA DE JESUS MOURA *Conselheira do XVIII Plenário do CFP*

ELIANE SILVIA COSTA *Coordenadora da CDH/CFP*

ANDRÉA FERREIRA LIMA ESMERALDO

ARTHUR FERNANDES SAMPAIO

CINTHIA CRISTINA DA ROSA VILAS BOAS

CLAUDIA ANDRÉA MAYORGA BORGES

EMATUIR TELES DE SOUSA

FILIPPE DE MELLO LOPES

IOLETE RIBEIRO DA SILVA

JAQUELINE GOMES DE JESUS

JEANE SASKYA CAMPOS TAVARES

THAYANARA SOUSA SILVA

VITÓRIA BERNARDES FERREIRA

NOVEMBRO



20/11 <i>Dia da Proclamação dos Direitos da Criança - ONU</i> <i>Dia Universal da Criança</i> <i>Dia Nacional da Consciência Negra</i> <i>Dia Internacional da Memória Trans</i>	25/11 <i>Dia Internacional pela Não Violência contra a Mulher</i>
	

DEZEMBRO



	06/12 <i>Dia Nacional de Mobilização dos Homens</i>	10/12 <i>Dia Internacional dos Povos Indígenas</i>	
		18/12 <i>Dia internacional dos Migrantes (ONU)</i>	

03/12

Dia Internacional da Pessoa com Deficiência



10/12

Dia Internacional dos Direitos Humanos - 1948

“ Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”

Declaração Universal dos Direitos Humanos - Art. 1º

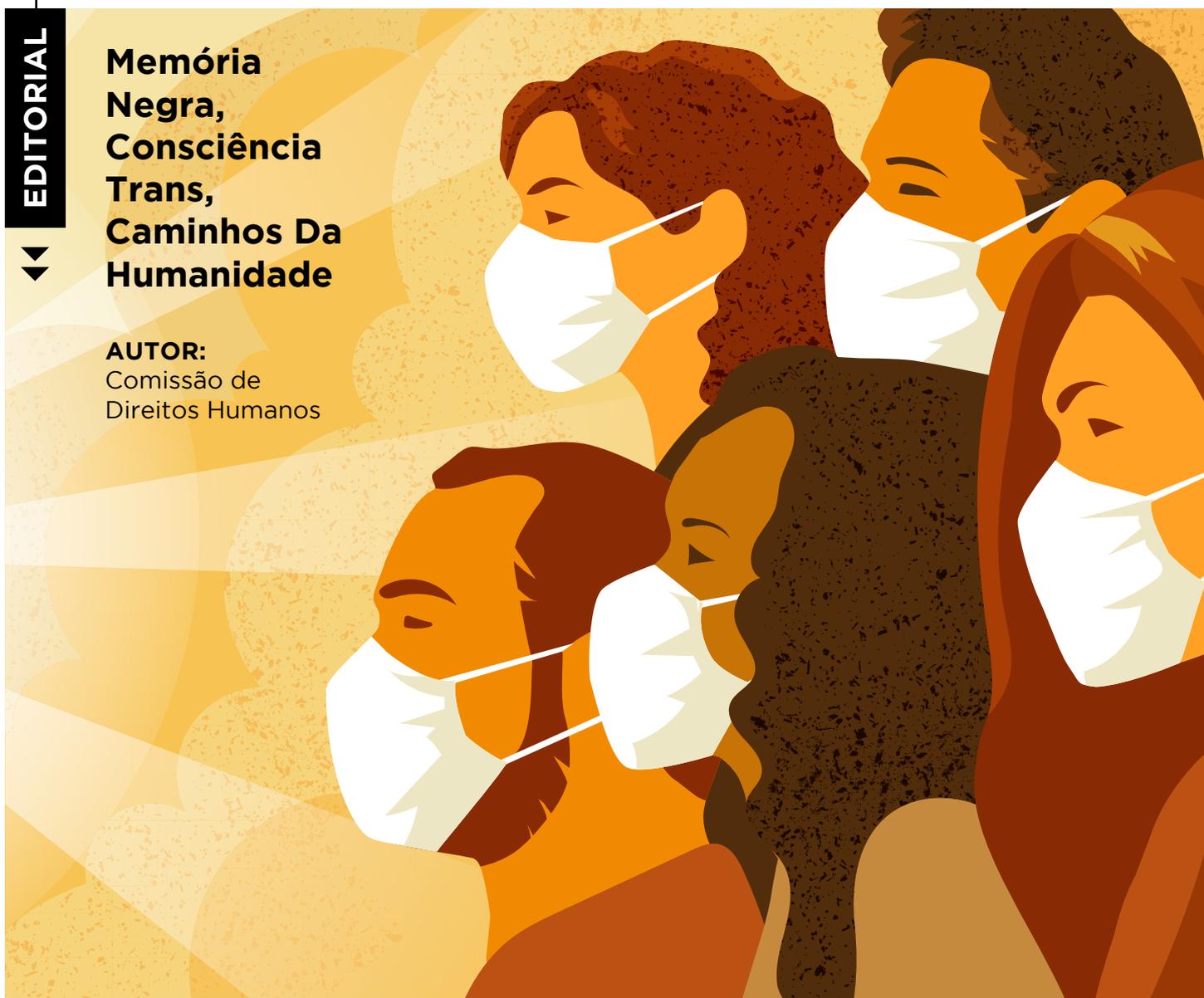
Dia Internacional dos Direitos Humanos
10 de Dezembro





Memória Negra, Consciência Trans, Caminhos Da Humanidade

AUTOR:
Comissão de
Direitos Humanos



○ ano de 2020 nos desafiou com grandes questões, como profissionais da Psicologia, potencializadas pelos impactos psicossociais, físicos e econômicos da pandemia da COVID-19, que, conforme demonstramos em nossos boletins anteriores, não tem nada de democrática, prejudicando sumamente populações periféricas, excluídas do acesso pleno à cidadania e historicamente discriminadas.

Chegamos ao mês que reúne, no mesmo 20 de novembro, o consolidado Dia Nacional da Consciência Negra e o Dia Internacional da Memória Trans, que nos convida a pensar sobre nossos percalços, retrocessos e avanços em termos de memória da nossa caminhada histórica, tanto em termos populacionais quanto pes-



soais, considerando cada trajetória de vida, e com isto constituir uma consciência dos obstáculos à valorização de todas as vidas que ultrapassamos e daqueles que ainda demandam muito esforço individual, coletivo e institucional para serem derrubados.

Dezembro, por conseguinte, não encerra nossos enfrentamentos, que seguem em 2021. Não nos basta marcar presença, somente falar dos invisibilizados em datas oportunas, porém, não prosseguir combatendo as opressões que estruturam a cultura brasileira, como o racismo, o machismo, a LGBTfobia, entre tantas outras, interseccionalizadas como questões de classe socioeconômica. Com tudo o que temos aprendido, visamos a fortalecer ações e políticas tendo por intenção formarmos um Brasil efetivamente democrático, no qual, apesar de nossas diferenças, tenhamos igualdade de oportunidades.

A Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia vem desempenhando um papel relevante nesse sentido, como uma instância fomentadora de debates que muitos em nossa categoria não têm feito, ou que até mesmo são repudiados quando ocorrem.

Para além de *slogans* e *hashtags*, formamos uma rede de psicólogos e psicólogas socialmente comprometidos, conscientes de que a categoria do humano, com seus direitos associados, ainda não é aplicada a todas as pessoas. Cientes dessa falha, envidamos esforços, mesmo em meio a uma agenda intensa que se alarga considerando nossas demais demandas profissionais e pessoais para desenvolver um conteúdo qualificado com base nas contribuições de colegas, tanto da nossa ciência-profissão quanto de outras, e dos movimentos sociais.

Que em 2021 colhamos mais frutos proveitosos desse trabalho árduo, porém indispensável para a transformação da sociedade, rumo a relações de trabalho dignas, relações interpessoais e intergrupais saudáveis e aprendizado cada vez maior com os outros, compreendendo que a diversidade não é um atributo alienado de nós mesmos(as)(es), ela é parte de quem somos, seja qual for o nosso grupo social; e sabendo do seu papel preponderante na formação da nossa identidade pessoal e social, reconhecer que somos melhores não só porque respeitamos às leis, não porque vemos o outro como ser possível apenas quando o rotulamos de exótico, objetificando-o; mas porque todos somos diversos, diferentes, de modo que, como escreveu o poeta Paulo Leminski, em “Incenso fosse água”:

*isso de querer ser
exatamente aquilo
que a gente é
ainda vai
nos levar além!*

Implicações da Resolução 018/2002 no trabalho das/os psicólogas/os frente ao racismo

AUTORAS:

Célia Zenaide da Silva

Cynthia Cristina da Rosa Vilas Boas



A sociedade brasileira se constitui em estrutura racista. Para Kabengele Munanga (2003), antropólogo congolês, o racismo, como instrumento ideológico de dominação, refere-se à crença na existência de raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral; o físico e o intelectual; o físico e o cultural. Ou seja, a condição intelectual, cultural, moral de uma determinada pessoa e de seu grupo de pertencimento racial é considerada uma derivação direta de seu corpo, do biológico.

Essa crença justifica a dominação imposta a grupos populacionais não-brancos, marcando um processo sócio-histórico de desigualdade racial. Ainda, o racismo pode ser definido como o conjunto de práticas do grupo populacional branco dominante, nas quais prevalecem o privilégio dessa população nas relações e nos processos econômicos, culturais e políticos, os quais são conquistados por meio da exploração da população negra. (HASENBALG, 1988)

Logo, racismo é uma ideologia pau-



pardos e indígenas se dá por meio das relações de poder, que estruturam as condições e possibilidades de acesso à saúde, de interação, de afeto, de moradia, de alimentação, de trabalho, de estudo, de vínculo, de nascer e de morrer. Essa ideologia está associada à branquitude (BENTO, 2002), ao lugar sócio-histórico hegemônico e ideológico de superioridade branca.

Com isso, podemos nos perguntar: Quem conta a história da Psicologia? Essa história é situada em que tempo? Tem qual sentido e qual cor?

Pensando nas ações do Sistema Conselhos e no fazer da Psicologia, as criações de narrativas e contextualizações históricas incidem diretamente em implicações nas relações raciais. O Sistema Conselhos, desde 2002, têm se implicado em ações, escritos e campanhas, produzindo conteúdos sob a perspectiva de a categoria se instrumentalizar para não reproduzir ou ser conivente com o racismo. No mesmo sentido, psicólogas, psicólogos, coletivos negros e indígenas, também têm produzido ações e escritos acerca da tra-

tada na crença tácita ou explícita da existência das raças, sendo consideradas naturalmente diferentes e hierarquizadas, umas qualificadas como boas e outras como ruins; como certas ou erradas; como positivas ou negativas. Nesse sentido, o racismo é um dos principais marcadores de desigualdades materiais e simbólicas vivenciadas pelo povo brasileiro, portanto, o processo de socialização e construção de subjetividades dos sujeitos pretos, brancos,

jetória de vida destas populações e os atravessamentos do racismo. Acontece por essa narrativa uma disputa de poder de quem se movimenta para tais questões. Geralmente, quem se movimenta, está implicado.

Em função desse cenário e do reconhecimento de que o racismo causa sofrimento à população negra, em 2002, houve a realização da Campanha da Comissão de Direitos Humanos/CFP O Preconceito Racial Humilha, a Humilhação Social faz So-

frer, cujo objetivo era chamar a atenção da categoria para repensar sua atuação, que, de maneira geral, não leva em consideração este fator estruturante.

Posterior a essa campanha e considerando a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, o Código de Ética Profissional dos Psicólogos, e que o racismo é crime inafiançável e imprescritível, conforme o artigo 5.º da Constituição Federal, de 1988 (BRASIL, 1990), o Conselho Federal de Psicologia instituiu a Resolução CFP nº. 018/2002 (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2002), que visa a orientar a/o psicóloga/o sobre a sua prática perante o preconceito e a discriminação racial.

Esta decisão foi tomada em dezembro de 2002, pelo Sistema Conselhos na ocasião da Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) e resolve que as e os psicólogas(os) atuarão segundo os princípios éticos da profissão, contribuindo com o seu conhecimento para reflexões sobre o preconceito e para a eliminação do racismo. A resolução aponta ainda que, não exercerão qualquer ação que favoreça a discriminação ou preconceito de raça ou etnia, não serão coniventes e nem se omitirão perante o crime do racismo, não se utilizarão de instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminação racial, não colaborarão com eventos ou serviços que sejam de natureza discriminatória ou contribuam para o desenvolvimento de culturas institucionais discriminatória, e, por fim, não se pronunciarão nem participarão de pronunciamentos públicos nos meios de comunicação de massa de modo a reforçar o preconceito racial.

Nesses dezoito anos, houve mudanças significativas na Psicologia. Como ciência e profissão ela se tornou mais antirracista. Contudo, nos dias de hoje, ainda precisamos atentar para o racismo pois, por ser estrutu-

ral, ainda está em todos os âmbitos da vida e em todas as instituições, sem exceção. Nesse sentido, vale lembrar que, segundo os dados de 2018, do IBGE, mais de 50 % da população se autodeclara preta ou parda, formando a categoria negro; e cerca de 6 % da população brasileira se reconhece como sendo indígena. Logo, mais da metade da população brasileira vivenciou, experencia e passará por situações racistas.

Ainda em relação aos dados estatísticos, cabe apontar que, ao olhar para as políticas públicas no que tange o sistema de saúde, assistência social e educação, temos na saúde mais de 70 % de usuários negros acessando o SUS, mais de 80 % de usuários negros acessando o SUAS (GUIMARÃES et al, 2020). Além disso, e segundo a análise de dados em Levantamento de Informações sobre a Inserção dos Psicólogos no Mercado de Trabalho Brasileiro (DIEESE, 2016), a maioria da categoria atua nessas áreas. Isso significa dizer que esses profissionais da Psicologia precisam ter especial atenção à Resolução 018, do CFP, precisam, pois, enfrentar o racismo por meio da criação de práticas antirracistas.

Podemos afirmar que é quase impossível que, na atuação, seja ela qual for, durante a vida profissional, psicólogas e psicólogos não irão se deparar com uma pessoa negra. Nessa direção, é preciso que quem atende saiba quem é atendido, saiba reconhecer que demandas e sofrimentos pessoais são muitas vezes sócio-políticos, porque são fruto de desigualdades. A escuta atenta e a sensibilidade às questões raciais se faz primordial para a população negra e indígena, tendo em vista que o marcador raça/cor faz parte da vida. Precisamos nos atentar para os sentidos e significados de ser branco, ser negro e indígena na sociedade, e para os processos subjetivos que estes marcadores implicam.

Ressaltamos aqui o caderno do CREPOP, intitulado Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os

(2017), e seu título não é à toa, pois não se trata de falarmos sobre o racismo de forma unilateral pautando apenas as pessoas autodeclaradas negras ou indígenas, mas de dizer que estamos o tempo todo em relação e esta relação se dá entre pessoas negras e não negras.

Para Maria de Jesus Moura (2003), a Psicologia perde a sua identidade quando trata a pessoa a partir do olhar preconceituoso e excludente do profissional, mas é possível fazer diferente, por exemplo, no artigo “Eu, mulher, Psicóloga e Negra” na Revista Psicologia: ciência e profissão (CFP, 1984) foi relatado depoimentos de vida pessoal e profissional das psicólogas Olga Inácio de Moura e Neli Ferreira Mures, essa também membra do CFP, na época. Posteriormente, o mesmo aconteceu em São Paulo, com outras duas psicólogas negras, Edna Maria Santos Roland e Gicele Maria de Menezes Alakija. Essa movimentação indica que “os nossos passos vêm de longe” e que têm muitas pesquisadoras negras, dentro da ciência psicológica produzindo sobre os efeitos e as implicações do “tornar-se negro”. Assim como saber que Virgínia Leone Bicudo, uma mulher preta soció-

loga e psicanalista, esteve na constituição do Conselho Federal de Psicologia e participou da primeira gestão como vice-presidenta, é parte da história; precisamos saber quem faz história com a gente.

Portanto, considerando a resolução 018 e todas as campanhas do Sistema Conselhos, seja qual for a linha teórica de atuação ou o local de trabalho, a(o) psicóloga(o) não pode ser conivente ou pactuar com o racismo, precisamos levar em conta a implicação de movimentar-se contra o racismo e em prol da vida.

Quando os dados apontam que a maioria da população é negra e que o racismo faz sofrer ainda que em graus variados e de formas diferente, se torna imprescindível para a psicologia, uma profissão de tamanha relevância e com atuação nos mais diversos espaços, esteja no protagonismo de erradicar todas as tentativas de retirada direitos políticos, sociais e civis que afetam a democracia. Isso é estar implicado e dizer não ao racismo.

Reafirmando que estamos em Campanha (CFP/2018): Todo racismo é uma forma de violência: **BASTA!** ■



REFERÊNCIAS

- Bento, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I. & M. A. S. Bento (Orgs.). **Psicologia Social do Racismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012. pp. 25-57.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. DIEESE Divulga Pesquisa sobre a Inserção de Psicólogos no Mercado de Trabalho. Brasília, 2016. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/dieese-divulga-pesquisa-sobre-a-insercao-de-psicologos-as-no-mercado-de-trabalho/>. Acesso em:
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Relações Raciais: referências técnicas para atuação de psicólogos/os. Brasília, 2017. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes_raciais_baixa.pdf. Acesso em:
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Brasília, 2018. Todo Racismo é uma Forma de Violência. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/todo-racismo-e-uma-forma-de-violencia-2/>. Acesso em:
- COSTA, Eliane Silvia. Racismo como metaenquadre. **Rev. Inst. Estud. Bras.**, São Paulo, n. 62, pp. 146-163, dez. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0020-38742015000300146&script=sci_arttext. Acesso em:
- GUIMARÃES, Juca ; SIMÕES, Nataly; PIMENTEL, Mauro. Principal meio de acesso à saúde de oito a cada dez negros, SUS completa 30 anos. *Alma Preta*, 2020. Acesso em 10 de novembro de 2020. Disponível em: <https://almapreta.com/editorias/realidade/principal-meio-de-acesso-a-saude-de-oito-a-cada-dez-negros-sus-completa-30-anos>
- HASENBALG, C. A. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: EdUFMG/Iuperj/Ucam, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA (IBGE). 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/todos-os-produtos-estatisticas.html>. Acesso em:
- MARTINS, Edna; SANTOS, Alessandro de Oliveira dos; COLOSSO, Marina. Relações étnico-raciais e Psicologia: publicações em periódicos da SciELO e Lilacs. **Psicol. Teor. Prát.**, São Paulo, v. 15, n. 3, pp. 118-133, dez. 2013 . Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151636872013000300009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em:
- MOURA, M. J. D. H. Atuação Profissional e Relações Raciais. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Org.). **Os direitos humanos na prática profissional dos psicólogos**. Brasília: CFP, 2003. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2004/05/cartilha_dh.pdf. Acesso em:
- MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: (Orgs.). SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO-PENESB, 3. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://www.dihitt.com.br/n/educacao>. Acesso em: 10 mar. 2009.
- MUNANGA, K. Apresentação. In: _____ (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf. Acesso em:
- SCHUCMAN, L. V., NUNES, S. S., & COSTA, E. S. A Psicologia da Universidade de São Paulo e as Relações Raciais: perspectivas emergentes. **Psicologia USP**, v. 28, n. 1, pp. 1-15, 2015. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/0103-6564A20132413>. Acesso em:



ENTREVISTA

Ser criança e ser Trans

MARIA JOAQUINA CAVALCANTI REIKDAL - patinadora

por Jaqueline Gomes de Jesus

Fale de você: o que está estudando; o que você gosta de fazer?

Eu tenho doze anos. Estou estudando bastante em casa. Gosto muito de matemática; é a matéria em que eu me saio melhor. Na patinação, treino todos os dias. Amo competir, mas o que mais gosto é de treinar coreografias, para me apresentar. Amei fazer Rajadão, da Pablo Vittar.

Como foi quando você conheceu os seus pais?

Foi muito emocionante, mas na hora eu não sabia que eles seriam os meus novos pais. No começo tinha muito medo deles me devolverem, ou devolverem alguns de meus irmãos, mas com o tempo fui percebendo que isso não aconteceria e que eles nos amariam.

Como é hoje a convivência com seus pais, irmãos e amigos?

A minha convivência com minha família é muito boa. Amo ajudar meus pais

na escola de patinação. Brinco bastante com meus irmãos. Minha família me aceita como sou, e isso é muito bom. Tenho amizades na escola e sou bem comunicativa. Mas tenho poucos amigos fora do ambiente escolar.

Como foi quando seus pais deram apoio para você ser exatamente como você é? Como você se sentiu?

Meus pais me apoiaram sempre e isso é muito bom. Tinha muito medo, inclusive de ser devolvida. Meus pais conversam bastante e posso contar com eles pra tudo. Sei que no começo não foi tão fácil pra eles, mas depois eles entenderam; procuraram apoio psicológico; conversaram na escola; na patinação. Hoje posso ser quem sou pois sei que eles me amam.

Como foi na sua escola e com os seus amigos, depois disso?

Estudei em duas escolas. Na primeira eles acompanharam a minha transição dia a dia. Não foi fácil. Fiquei dois anos lá. Mas sempre tive apoio de todos (diretores, coordenadores, professores) e se por algum motivo ocorria algum tipo de bullying eu já contava para meus pais. Mas era bem pouco, nada que afetasse a minha vida.

Já no segundo colégio eu entrei sem ninguém saber que eu era uma menina trans. Ninguém sabia, só a diretora. Lá todos achavam que era uma menina cis.

Foi um pedido meu para meu pai. Com o tempo eu fiquei com muito medo de descobrirem. Foi aí que teve a matéria na TV. Na época meu pai me perguntou se realmente eu iria querer que o programa de TV gravasse, pois depois disso, todos no colégio saberiam. Mesmo assim eu quis, e foi muito bom. Pois parece que saiu um peso de cima de mim. E o melhor é que após o programa, recebi muito carinho dos amigos da escola.

Como tem sido na patinação?

Na patinação é mais complicado. Eles não respeitaram meu nome no campeonato e me chamaram na frente de todos pelo meu antigo nome. Depois me proibiram de usar banheiro. E depois proibiram de participar do sul-americano. Mas acredito que agora as coisas estão melhores. Mas nunca senti preconceito dos atletas. Sempre brinquei bastante nos campeonatos. Este ano pra continuar competindo, tenho de fazer exames de testosterona. Mas todos deram baixos e posso competir normalmente.

Você já conheceu muitas pessoas que lhe querem bem! O que você acha disso?

Já conheci muita gente bacana e é muito bom poder sentir o carinho. Por mais que tenha redes sociais, gosto mais de conversar pessoalmente. Amo abraçar as pessoas. E sou muito feliz em conhecer tanta gente bacana



**MAIARA
FAFINI**

“Nada a dizer”, é assim que saímos de um atendimento psi na CasaNem, dada a grandiosidade das experiências que nos invadem. Pois um silêncio é necessário para acolher as vidas machucadas pela dor e pelo sofrimento da transfobia, da LGBTIfobia. Mas assim como a flor de lótus surge em meio ao lamaçal, também ressurgimos em meio às cinzas do ódio e do ressentimento contra nós. Vidas despedaçadas desde a infância, na maioria das vezes pela própria “família bem estruturada”. Vidas rejeitadas e jogadas à margem da sociedade, largadas a própria sorte. Mas na Casa existe um verbo: Indiane-se! E daqueles cacos que a vida nos deixou, construímos um lindo e colorido vaso mosaico, em que o conteúdo mais precioso é o nada que todo jarro contém. Pois é quando faltam as palavras, que sobeja o amor em cada travesti e transexual na CasaNem. E na contemplação silente diante do que cada corpo naquela Casa foi e é capaz (O que pode um corpo?) assim somos gratas ao Grande Vazio e terminamos como começamos... sem nada a dizer.



**EDINALDO
RODRIGUES**

A atuação da(o) psicóloga(o) no contexto intercultural dos povos indígenas e a oferta deste serviço foram demandadas a partir do trabalho das equipes de atenção básica que identificaram problemas psicossociais relacionados a negação de direitos fundamentais, a exemplo, da invasão aos territórios e com isto não permitindo o bem-viver. A aproximação da Psicologia com as questões indígenas se dá de acordo o contexto cultural e do contato destes com a sociedade envolvente, portanto, é fundamental ressignificar metodologias de atuação. Certamente será muito difícil para um psicólogo realizar seu trabalho se utilizar apenas as abordagens clássicas da Psicologia. O contato com a diversidade exige compreensão e diálogo, portanto, a escuta psicológica tem um campo fértil e útil na problemática indígena, desde que não se contraponha aos detentores de conhecimentos tradicionais como pajés, parteiras e outras lideranças, pois suas práticas também carregam saber psicológico. Numa vivência prática com uma paciente diagnosticada com depressão, vivenciei uma experiência muito importante, em que o saber científico e o saber tradicional precisaram dialogar. A paciente apresentou os sintomas depois que deixou de viver os rituais, neste caso, ao invés de medicar ou ofertar psicoterapia, é importante instrumentalizar a indígena para que ela regresse às suas tradições.



MIRIAM DEBIEUX E ANDRESSA CASTELLI

As cidades brasileiras recebem inúmeros imigrantes e refugiados, que sofrem tanto pela invisibilidade, uma forma cruel de apagamento e indiferença que estimula violações de direitos e violências, como por discriminações, quando lhes é possibilitada a participação social, seja no trabalho, na saúde, na moradia. A xenofobia manifesta-se através de discursos ou atos que vinculam as diferenças, especialmente as relativas à cultura, à pobreza ou aos traços negros ou indígenas, à aspectos repugnantes ou exóticos, promovendo um sofrimento sociopolítico devastador. Além disso a xenofobia revela e atualiza a face obscura e violenta, o racismo estrutural e nada cordial de nosso povo. Cabe-nos lembrar que o encontro entre culturas é marca civilizatória, no contraponto da raça pura, e um convite ao reconhecimento da alteridade nos laços sociais. Como psicólogos e psicólogas, além da Constituição Federal, estamos amparados pelo Código de Ética, que se posiciona contra a discriminação e a favor do acolhimento da diversidade. São requisitos na tarefa de combater a xenofobia: atenção na escuta das expressões e reproduções flagrantes ou sutis da xenofobia; o trabalho interdisciplinar, a constituição de redes, o mapeamento de serviços especializados, assim como o respeito e a consideração dos saberes dos sujeitos e de cada cultura.

LIVE



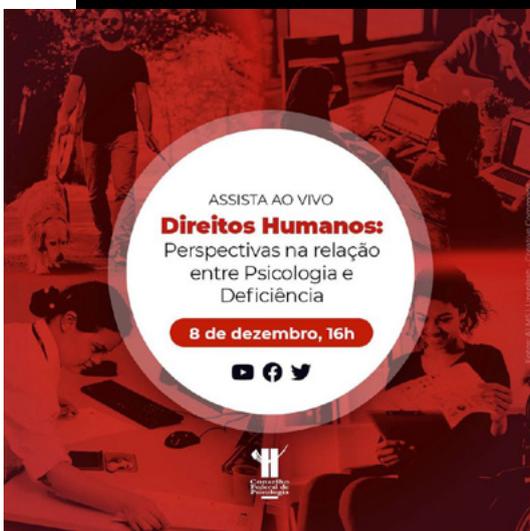
Acesse a íntegra do lançamento da campanha da CDH/CFP



LANÇAMENTO DA CAMPANHA



20 DE NOV. ÀS 14H30
ACOMPANHE PELAS REDES SOCIAIS DO CFP



Confira o diálogo

